

## OPINATIVOS E DE REVISÃO

# VOCÊ É LGBTQIA+ AMIGÁVEL OU COMPETENTE? O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DA COMPETÊNCIA CULTURAL PARA PROFISSIONAIS DA SAÚDE E DA EDUCAÇÃO

João Alves Neto<sup>1</sup>, Teresa Vilaça<sup>2</sup>

ARE YOU LGBTQIA+ FRIENDLY OR COMPETENT? CULTURAL COMPETENCE CONSTRUCTION PROCESS FOR HEALTH AND EDUCATION PROFESSIONALS

¿ERES LGBTQIA + AMIGABLE O COMPETENTE? EL PROCESO DE CONTRUCCIÓN DE LA COMPETENCIA CULTURAL PARA LOS PROFESIONALES DE LA SALUD Y LA EDUCACIÓN

**Resumo:** Este artigo tem como objetivo apresentar uma argumentação teoricamente fundamentada sobre o impacto do desenvolvimento da competência cultural como uma competência profissional chave nas áreas da educação e saúde para o fortalecimento da equidade e da justiça social da população LGBTQIA+. Na análise dessas circunstâncias utilizam-se estudos de gênero, queer e o conceito de dispositivos da sexualidade de Foucault. A competência cultural permite compreender e criticar os mecanismos existentes do sistema sexo/gênero sobre conhecimentos, atitudes e práticas profissionais. Ressalta-se a escassez de dados oficiais sobre a diversidade de sexo/gênero da população brasileira, o que invisibiliza a população LGBTQIA+ e dificulta o desenvolvimento de políticas públicas inclusivas de saúde e educação. Portanto, considerando os contextos de saúde e educação e os propósitos de melhorar as condições de vida para alcançar maior equidade e justiça social, bem como o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS 4), presentes na Agenda 2030 das Nações Unidas, é necessário o desenvolvimento de ações estratégicas formativas contínuas e da produção de dados oficiais sobre padrões de vida das populações, considerando a diversidade de sexo e gênero e o fortalecimento dos movimentos sociais LGBTQIA+.

**Palavras-chave:** LGBTQIA+; Saúde; Educação; Gênero; Competência cultural.

**Abstract:** This article aims to present a theoretically grounded argument about the impact of cultural competence development as a key professional competency in education and health to increase LGBTQIA+ population equity and social justice. To analyze these circumstances, we used the LGBTQ and gender studies, associating them to gender and queer studies, as well as Foucault's concept of sexuality devices. Cultural competence enables us to understand and criticize the existing mechanisms of the sex/gender system on professional knowledge, attitudes, and practices. It is highlighted the scarcity of official data about the sex/gender diversity of the Brazilian population, which makes the LGBTQIA+ population invisible and hinders the development of inclusive health and education public policies. Therefore, considering health and education contexts and the purposes of improving living conditions to achieve equity and social justice, as well as meeting the Sustainable Development Goals (SDG 4), present in the United Nations 2030 Agenda, it is necessary the development of continuous strategic training actions, official data production of populations standards of living considering sex and gender diversity, and reinforcement of LGBTQIA+ social movements.

**Keywords:** LGBTQIA+; Health; Education; Gender; Cultural Competence.

**Resumen:** Este artículo tiene como objetivo presentar un argumento fundamentado teóricamente sobre el impacto del desarrollo de la competencia cultural como competencia profesional clave en las áreas de educación y salud para el fortalecimiento de la equidad y la justicia social de la población LGBTQIA+. En el análisis de estas circunstancias se utilizan estudios de género, queer y el concepto de dispositivos de sexualidad de Foucault. La competencia cultural nos



<sup>1</sup>Doutor em Psicologia, Investigador associado, Universidade do Minho, Instituto de Educação, Braga, Portugal. Professor convidado da Faculdade do Centro de Estudos da Família e do Indivíduo, EDUSEX, Porto Alegre, Brasil. [asnjoao@hotmail.com](mailto:asnjoao@hotmail.com)

<sup>2</sup>Doutora em Educação, Docente no Departamento de Estudos Integrados em Literacia, Didática e Supervisão e Investigadora no Centro de Investigação em Estudos da Criança, Instituto de Educação, Braga, Portugal. [tvilaca@uminho.pt](mailto:tvilaca@uminho.pt)

permite compreender y criticar los mecanismos existentes del sistema sexo/género sobre conocimientos, actitudes y prácticas profesionales. Se enfatiza la escasez de datos oficiales sobre la diversidad sexo/género de la población brasileña, lo que invisibiliza a la población LGBTQIA+ y dificulta el desarrollo de políticas públicas inclusivas en salud y educación. Por lo tanto, considerando los contextos de salud y educación y los propósitos de mejorar las condiciones de vida para lograr una mayor equidad y justicia social, así como el cumplimiento de los Objetivos de Desarrollo Sostenible (ODS 4), presentes en la Agenda 2030 de las Naciones Unidas, es necesario el desarrollo de acciones estratégicas de formación continua, la producción de datos oficiales sobre el nivel de vida de las poblaciones considerando la diversidad de sexo y género y el fortalecimiento de los movimientos sociales LGBTQIA+.

**Palabras clave:** LGBTQIA+; Salud; Educación; Género; Competencia.

## Introdução

Os mecanismos de discriminação e estigmatização contra a população LGBTQIA+<sup>1</sup> são diversos, que abrangem desde situações claramente identificadas como agressoras a outras, em que os conteúdos se encontram latentes em atitudes aparentemente cordiais ou sem intensão direta de agredir, como olhares e comentários preconceituosos. Fatores relacionados com intensidade e recorrência causam prejuízos, interferem no funcionamento social e individual dos grupos minorizados e associam-se com vulnerabilidade ao sofrimento psicológico em muitos contextos e práticas, como nas subjetivações e no próprio reconhecimento dos direitos e exercício da cidadania (GATO et al., 2020). Este artigo tem como objetivo apresentar uma argumentação teoricamente fundamentada sobre o impacto do desenvolvimento da competência cultural como uma competência profissional chave nas áreas da educação e saúde para o fortalecimento da equidade e da justiça social da população LGBTQIA+.

## Contextos amigáveis e competentes

Contextos profissionais amigáveis e competentes são inclusivos, possuem comprometimento com a equidade e a justiça social, intensificam a promoção social e a diminuição das disparidades. Para além disso, os competentes envolvem também conhecimentos, práticas e atitudes que intensificam a equidade e são mais eficazes na diminuição dos preconceitos e estigmas. No campo da formação profissional, para que haja competências inclusivas da diversidade de gênero e sexual, a educação precisa ser crítica e emancipatória. Assim, é possível entender a relação existente entre os dispositivos do sistema sexo/gênero e as práticas profissionais.

As atitudes discriminadoras são desenvolvidas sobre a lógica do sistema sexo/gênero. Por exemplo, são criadas convenções para a satisfação das necessidades sexuais, desenvolvendo-se arranjos sociais transformadores do sexo biológico em produtos da atividade sexual humana. Produzem-se e propagam-se conhecimentos, práticas e atitudes definidoras de um mundo sexual, da identidade de gênero e da orientação sexual, em que se organizam sob formas empiricamente opressivas por meio de dispositivos culturais e ideológicos. A opressão impacta na noção e assimilação dos direitos dos sujeitos oprimidos, na conquista de práticas sociais mais justas, além de comprometer a segurança e a confiança, devido às agressões, às exclusões e às ocultações sofridas, artifícios presentes na política de coalizões.

Como um dos mecanismos do sistema sexo/gênero a política de coalizões busca a representação universal dos grupos e seus isolamentos em guetos, aparentemente desconectados da vida social mais ampla. Ela produz e institui relações de poder exercido por meio de técnicas polimorfos que alcançam diversos níveis e sistemas sociais, pois é relacional e multidirecional (FOUCAULT, 1988). O desenvolvimento e a marcação da categoria sexo em características biológicas, gênero nos fatores sociais e culturais baseados

---

<sup>1</sup> Sujeitos autoidentificados como lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros, travestis e transexuais, *queer*, intersexo, assexual, dentre outras identidades de gênero e orientações sexuais existentes.

no sexo e na sexualidade, estabelecem vínculos e qualificação do sujeito por discursos disciplinadores que se baseiam na fantasia de estabilidade e coerência, desconsiderando-se que tanto sexo quanto gênero são construções sociais e culturais (BUTLER, 2003; FOUCAULT, 1988).

O principal objetivo do discurso disciplinador é o mecanismo de controle social por meio da sexualidade, que não foi reprimida, mas sim estimulada através do incitamento ao discurso na era moderna, mantendo os indivíduos ligados às principais instituições controladoras, ao estado, à ciência e à religião, através dos mecanismos de ilegalidade, doença e pecado (FOUCAULT, 1988). Outro ponto importante é que o polimorfismo das práticas sexuais existe na história da humanidade e não é resultado de uma revolução. São variadas as estratégias de controle em um dispositivo de saber e poder que, através da normatividade, produz corpos sexuados, governados e regulados, o que resulta na produção, demarcação e diferenciação dos corpos que pretende controlar (BUTLER, 2003; FOUCAULT, 1988). Sendo corpo e mente indissociáveis, é impossível conceber o corpo como totalmente natural, assim como as suas identidades.

A identidade possui influência biológica como singularidade das características do indivíduo em suas circunstâncias e situações, ela também é estruturada socialmente, a qual gera representações que definem posições sociais e políticas. O processo de desenvolvimento de uma representação é consequência de observações, que integram e estabelecem os critérios que direcionam a formação dos sujeitos que representa, atendendo a qualificações determinadas para a sua própria expansão (BUTLER, 2003; FOUCAULT, 2000). A formação das identidades é discreta, fixa e excludente, a qual se relaciona com dificuldades de perceber as inscrições da linguagem como formadora de identidades, em que reforça a fixação de alguns modelos e consequente exclusão de outros. Além disso, é ignorada a ambivalência que possuem e a fragmentação interna das categorias construídas, também é criado um conjunto de valores elaborados em associação com os desejos e as crenças que se articulam com o sexo e a sexualidade.

Butler (2003, p. 59) evidencia que “o gênero é a estilização repetida do corpo, um conjunto de atos repetidos no interior de uma estrutura reguladora altamente rígida, a qual se cristaliza no tempo para produzir a aparência de uma substância, de uma classe natural de ser”. Dessa forma, a identidade de gênero é produzida pela performatividade que ocorre na repetição exaustiva de sinais corporais e discursivos (BUTLER, 2003) sob a ação de dois mecanismos: heterossexismo, regulador dos indivíduos que utiliza um discurso disciplinador das formas de sexualidade; heteronormatividade, normalizadora que possui aparato de poder e força e caracteriza a ordem social em torno da heterossexualidade. Dessa maneira, a performatividade reforça a construção social das categorias sexo e gênero e produz uma estruturação dualista compulsória e qualificadora que determina, na própria existência social, a identidade de gênero e a orientação sexual. Contra essa lógica estão os sujeitos queer, das sexualidades desviantes, que desafiam a sociedade pelas suas normas regulatórias, possuem disposição para a contestação e não conformidade, como também não desejam a integração, nem a tolerância (BUTLER, 2003).

O exercício da opressão pode ser evitado por meio da consciência e da crítica que viabilizam distinguir entre a capacidade e a necessidade social de criação deste mundo sexual. A capacidade relaciona-se com a evidência que os grupos não são representantes universais da sua população, as categorias não são blocos monolíticos impossíveis de identificar descontinuidades e as populações não estão alocadas em sítios distantes entre si. Assim, é inevitável a ampliação da lógica binária da organização social para incluir a diversidade de gênero e das sexualidades. O desenvolvimento da competência cultural possibilita a assimilação desses entendimentos e, dessa forma, a integração de ações afirmativas, a qual compreende os fenômenos humanos como complexos e diversos nos dizeres e fazeres políticos.

### **Competência cultural para a inclusão da diversidade sexual e de gênero**

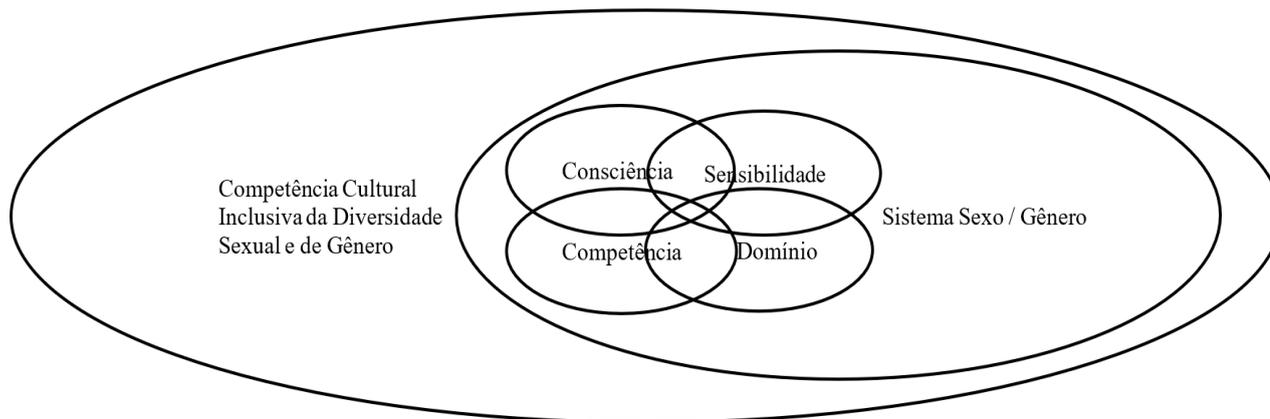
Práticas profissionais universais e conhecimentos generalizadores desconsideram a pluralidade, a complexidade, a diversidade e estimulam a exclusão (COSTA et al., 2017). O conhecimento necessita ser transformativo, acolher a realidade plural e questionar o fundamentalismo. Ele serve para a educação que

busca a atuação cívica na aquisição de direitos humanos e do princípio da dignidade humana. Também é importante a prática política e social crítica e estimuladora da solidariedade e da curiosidade, reforçada por conteúdos educativos voltados para a percepção racional crítico-emancipatória com identificação dos valores social, político e culturalmente assumidos. Assim, é possível o desenvolvimento da competência sociocognitiva.

Para a prática da competência sociocognitiva são relevantes três contornos: (i) o questionamento do uso do conteúdo do conhecimento quanto à contextualização social da atuação; (ii) a percepção que este conteúdo necessita de validação tanto intersubjetiva quanto pragmática no local de ação; (iii) o posicionamento de aprendiz por parte do(a) profissional na forma de uso do conhecimento para que, além de legítimo, seja compartilhável na ação, vivida e relatada de forma comum com outros sujeitos (CARIA, 2020). O que classifica a prática competente é seu valor contextual, formada em fundamentos democráticos, participativos e progressistas, como também promotora dos direitos humanos e da inclusão. Essa importância contextual reforça as relações entre os movimentos cívicos e de direitos humanos e a produção de conhecimentos que possibilitam a educação crítica e emancipatória.

A competência cultural, uma abordagem no campo sociocognitivo que visa a discussão sobre grupos populacionais com diferenças nas suas necessidades, propaga a diminuição dos estigmas e dos preconceitos. Ela possui como objetivo alcançar quatro pontos: (i) a consciência, que se relaciona com o desenvolvimento do conhecimento; (ii) a sensibilidade, referente às atitudes; (iii) a competência, alusiva às habilidades; (iv) domínio, associado com a capacidade de educar outras pessoas (COSTA et al., 2017). Assim, possui uma interação de influências recíprocas com o sistema sexo/gênero (figura 1).

**Figura 1** – Modelo teórico da competência cultural inclusiva da diversidade de gênero e sexual



**Fonte:** Produção dos próprios autores

São desenvolvidas diversas ações para promover a competência cultural em várias áreas profissionais, como acontece na educação, na saúde, nas ciências humanas, nas ciências sociais e nas políticas públicas. Porém, as dificuldades no processo de desenvolvimento da competência cultural na área da diversidade sexual e de gênero se instituem muito cedo na educação (FURLANETTO; LAUERMANN; COSTA; MARIN, 2018). Os(as) professores(as) possuem uma lacuna nas suas formações e o tema, quando presente no currículo escolar, é alocado em disciplinas relacionadas indiretamente com os conteúdos, como o ensino de artes, e com a matriz curricular escolar frágil (RIOS; DIAS; VIEIRA, 2019). Os(as) pesquisadores(as) em sexualidade inclusiva também sofrem oposição por parte de pessoas e grupos conservadores presentes na comunidade acadêmica, na relação com a comunidade em geral e na política. Dessa forma, a educação não atende ao que é preconizado nos Parâmetros Curriculares Nacionais do Brasil (FURLANETTO et al., 2018). Essa situação perpetua-se mesmo diante de dados que reforçam os impactos positivos que a educação em sexualidade

inclusiva possui, como a expansão do vocabulário de expressões de gênero e de identidades, a amplificação da reflexividade crítica e a propagação do comprometimento com a equidade e direitos das minorias sexuais e de gênero (BRAGG et al., 2018).

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS 4), presentes na Agenda de 2030 das Nações Unidas, incluem intervenções educativas em sexualidade inclusiva, ao objetivar melhorar as condições de vida e desenvolver educação de qualidade para todas as pessoas ao longo da vida (VILAÇA, 2019). O desenvolvimento sustentável, compreendido como ações que buscam “atender às necessidades do presente sem comprometer as possibilidades de as gerações futuras atenderem suas próprias necessidades” (UNITED NATIONS, 1987, p. 16), precisa ser foco das instituições de educação e saúde, entendidas como copartícipes desses objetivos. A invisibilização da população LGBTQIA+ marcada pela negligência e a ignorância, reforçam experiências recorrentes negativas como injustiças sociais, discriminações, exclusões e violências; também dificultam a confiança e facilitam o abandono tanto das escolas quanto dos cuidados em saúde (CRENITTE, 2021; GATO et al., 2020; GOUVEIA; SILVA; PESSOA, 2019).

### **O visível no invisível: políticas públicas e os dados “no armário”**

Algumas iniciativas desenvolvidas por instituições e organizações não governamentais (ONG) buscam diminuir a carência de dados sobre as identidades e perfis sociodemográficos da população LGBTQIA+. Em 2018 e 2019, a ONG TODXS (2019) realizou a Pesquisa Nacional por Amostra da População LGBTI+. Mesmo que no contexto escolar não existissem medidas efetivas de combate à LGBTQIA+fobia, o estudo evidenciou maior representatividade de pessoas LGBTI+ com ensino médio completo, com ensino superior (graduação) completo ou incompleto, quando comparado com dados anteriores, embora ainda abaixo da população em geral.

No ensino superior a situação muda, pois, mesmo que a comunidade LGBTQIA+ esteja adquirindo mais escolaridade (TODXS, 2019), ainda permanece acentuada a desigualdade quanto à carreira acadêmica como um todo. Segundo a Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos (2016) existe forte probabilidade de interrupção nos estudos após a finalização do ensino médio. Segundo esse estudo, ocorre uma situação ainda mais grave entre travestis e transexuais, que possuem em torno de 73% de taxa de evasão/abandono dos estudos. Os gays cisgênero permanecem mais tempo na escola, inclusive quando comparados a heterossexuais, o que possivelmente reflete fatores como: ausência de dependentes nas fases precoces de vida, necessidade de superação social imposta pelo preconceito e a possibilidade de aquisição de mais igualdade de oportunidades e de ascensão social pela escolaridade (TEIXEIRA; CARDOSO, 2017).

Os preconceitos no ambiente escolar associam-se a diversos aspectos, possuem várias formas e alcançam múltiplos níveis. Grupos religiosos têm fortalecido essa situação por meio de pressões políticas e atitudes agressoras contra pessoas LGBTQIA+. A exemplo disso, indivíduos adeptos da igreja neopentecostal no Brasil demonstram elevados níveis de preconceitos (STUCKY; DANTAS; POCAHY, 2020). Outrossim, em certas localidades brasileiras foram desenvolvidas leis municipais impeditivas de discussões sobre gênero nas escolas, distorcidamente chamadas de “ideologia de gênero”. No entanto, é documentado que os preconceitos são menores em situações nas quais as pessoas recebem treinamento sobre o tema; conhecem gays, lésbicas, travestis ou transexuais; e possuem relacionamento de amizade ou familiar com LGBTs (STUCKY; DANTAS; POCAHY, 2020).

Na saúde a situação também não é muito positiva. Os levantamentos censitários não produzem dados sobre o perfil da população LGBTI+; grande parte dos(as) estudantes da área da saúde não têm no seu currículo assuntos relacionados com a saúde LGBTI+; a burocratização dos serviços de saúde dificulta o acesso e os atendimentos tendem a ser mais rápidos para pessoas identificadas como LGBTI+; as atitudes profissionais são habitualmente heterossexistas, com tons discriminatórios e voltadas preferencialmente para a saúde sexual (CITON et al., 2020). Quanto às pessoas LGBTI+ idosas, as informações sobre dados

demográficas são desconhecidas, pois não são recolhidas regularmente em inquéritos e registros, refletindo o silenciamento frente ao estigma e etarismo (REBELLATO et al., 2021).

Face à situação altamente preocupante o Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU) adotou uma resolução para o combate dos atos de violência e discriminação por orientação sexual e identidade de gênero em todos os lugares do mundo (NAÇÕES UNIDAS, 2013). Em 2004, instituiu-se o programa “Brasil sem homofobia” que não teve continuidade (CONSELHO NACIONAL DE COMBATE À DISCRIMINAÇÃO, 2004). Na área da saúde desenvolveu-se a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (PSNI-LGBT) (BRASIL, 2013). Mais recentemente, o Supremo Tribunal Federal brasileiro aprovou a criminalização da homofobia (BARIFOUSE, 2019). No entanto, em 2019, por meio de medida provisória, a população LGBTQ foi retirada das diretrizes de Direitos Humanos (BRASIL, 2019a), a qual foi convertida na Lei nº 13.844 (BRASIL, 2019b) que garante a permanência da exclusão. Essa visão histórica mostra os avanços e retrocessos que caracterizam os movimentos sociais, seja na aquisição de mais igualdade e equidade de direitos, como de opressão, impedimento e destituição desses mesmos direitos. Tais atividades são impulsionadas por legislações, decisões judiciais e sugestões de organizações internacionais. Evidencia-se a necessidade de atitudes progressistas que sejam realmente colocadas em prática para a promoção social da diversidade sexual e de gênero.

### **Por uma saúde e educação sexual inclusiva da população lgbtqia+**

A organização e a sucessão de mudanças de uma sociedade são dinâmicas e não obedecem a planejamentos e pretensões individuais isoladas no curso da sua história. Portanto, para a saúde e a educação inclusivas são requeridos processos educativos contínuos, distantes da manutenção de modelos disciplinadores e ameaçadores presentes no sistema sexo/gênero que intensificam a educação domesticadora (BUTLER, 2003). As interligações inclusivas são complexas, pois dependem da conexão do ser humano consigo mesmo, de sua postura em relação ao outro e com o ambiente. Desse modo, o conhecimento construído sobre uma determinada cultura envolve fatores como as crenças culturais, os comportamentos e as necessidades dos grupos presentes no processo socializador (COSTA et al., 2017).

Relacionado com a interdependência e o poder na articulação entre diferentes campos do conhecimento, o processo socializador é interdisciplinar, pois a sociogênese e a psicogênese são interdependentes, o qual evidencia que as formações dos indivíduos ocorrem também pela aprendizagem das regras e das normas sociais. Para fortalecer as ações coletivas e protagonistas dos movimentos representativos LGBTQIA+, importantes na inclusão da diversidade sexual e de gênero, ainda é inevitável a identificação baseada na diversidade sexual e de gênero, no sentido de caracterizar as diferenças e as necessidades de intervir nas desigualdades presentes. As ações cívicas exercidas nos movimentos cívicos e de direitos humanos abrem a possibilidade do envolvimento dos grupos, o que potencia a diminuição e a prevenção dos preconceitos e dos estigmas.

Pensar na diversidade, além das diferenças sexuais e de gênero representadas pela população LGBTQIA+, é também refletir em outros pontos relacionados com a existência de expressões identitárias e sexuais distintas. Nesse sentido, destacam-se dois fatores importantes para pensar na diversidade: a necessidade de igualdade de direitos para os sujeitos que expressam essa diferença e a de permissão cultural para a expressão dessa diversidade. Assim, pode haver reconhecimento das identidades e sexualidades como possibilidades, relacionadas aos diversos contextos sócio-históricos, importantes fatores para o encadeamento de saberes, práticas e atitudes inclusivas e participativas da população LGBTQIA+. É na aproximação da diversidade e na relação em si que a competência cultural se desenvolve. Dessa forma, criam-se condições para o desenvolvimento de políticas públicas em saúde e educação capazes de influenciar na diminuição dos preconceitos e no aumento do bem-estar populacional.

## Considerações finais

A competência cultural constitui-se como uma ferramenta capaz de diminuir as desigualdades vividas por LGBTQIA+ nos serviços de saúde e na comunidade escolar, ao ser utilizada para a inclusão da diversidade sexual e de gênero. Os pontos integrantes dessa ferramenta envolvem a consciência, a sensibilidade, a competência e o domínio, que são desenvolvidos, entre outros fatores, pelo conhecimento, análise e crítica dos mecanismos culturais e ideológicos de construção da realidade; implícitos na socialização, entre eles, o sistema sexo/gênero.

As ações formativas contínuas para o desenvolvimento da competência cultural são estratégias para a qualificação profissional na saúde e educação, com conhecimentos, práticas e atitudes inclusivas e afirmativas da diversidade. Como alternativa às exclusões presentes nas relações interpessoais, nos currículos e nas práticas de profissionais da saúde e da educação, a expansão da competência cultural pode diminuir índices desfavoráveis presentes nas populações LGBTQIA+, como a menor expectativa de vida, os altos níveis de violência, os menores índices de educação e saúde, entre outros comprometedores do bem-estar, do desenvolvimento social e do crescimento econômico.

Também, busca-se favorecer a produção e disponibilização de dados oficiais esclarecedores das condições de vida das bases populacionais. O conhecimento e a crítica desenvolvida pela competência cultural sobre o impacto do sistema sexo/gênero na invisibilização da população LGBTQIA+, têm potencialidade de intensificar movimentos sociais nas ações de aquisição de direitos, como as de mudanças necessárias nas coletas de dados oficiais. Trata-se de material importante para o desenvolvimento de políticas públicas inclusivas da diversidade sexual e de gênero.

Práticas políticas inclusivas, democráticas e afirmativas elevam os índices de saúde e educação. Conseqüentemente, facilitam a construção de múltiplas competências e a diminuição de problemas sociais associados com doenças e baixa escolaridade, reforçando ações globais sustentáveis. Tais ações constituem-se como um conjunto de fatores que sustentam conhecimentos, práticas e atitudes inclusivas, bem como oferecem o envolvimento das populações em geral com a equidade de direitos das minorias sexuais e de gênero na saúde e educação.

## Referências

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LÉSBICAS, GAYS, BISSEXUAIS, TRAVESTIS E TRANSEXUAIS [ABGLT]. *Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional no Brasil 2015: as experiências de adolescentes e jovens lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais em nossos ambientes educacionais*. Curitiba: ABGLT, 2016.
- BARIFOUSE, R. *STF aprova a criminalização da homofobia*. BBC News Brasil, São Paulo, p. 1-1, 2019, junho 13. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-47206924>. Acesso em: 02 nov. 2021.
- BRAGG, S.; RENOLD, E.; RINGROSE, J.; JACKSON, C. 'More than boy, girl, male, female': exploring young people's views on gender diversity within and beyond school contexts. *Sex Education*, London, v. 18, n. 4, p. 420-434, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/14681811.2018.1439373>. Acesso em: 02 nov. 2021.
- BRASIL. Medida provisória n. 870, de 1º. De janeiro de 2019. *Estabelece a organização básica dos órgãos da presidência da República e dos Ministérios*. Diário Oficial da União, Brasília, 2019a. Disponível em: [https://www.in.gov.br/materia/-/asset\\_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/57510830](https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/57510830). Acesso em: 03 nov. 2021.
- BRASIL. Lei nº 13.844, de 18 de junho de 2019. *Estabelece a organização básica dos órgãos da Presidência da República e dos Ministérios; altera as Leis nos 13.334, de 13 de setembro de 2016, 9.069, de 29 de junho de 1995, 11.457, de 16 de março de 2007, 9.984, de 17 de julho de 2000, 9.433, de 8 de janeiro de 1997, 8.001, de 13 de março de 1990, 11.952, de 25 de junho de 2009, 10.559, de 13 de novembro de*

2002, 11.440, de 29 de dezembro de 2006, 9.613, de 3 de março de 1998, 11.473, de 10 de maio de 2007, e 13.346, de 10 de outubro de 2016; e revoga dispositivos das Leis nos 10.233, de 5 de junho de 2001, e 11.284, de 2 de março de 2006, e a Lei nº 13.502, de 1º de novembro de 2017. Diário oficial da União, Brasília, v. 7, 2019b. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/lei-n-13844-de-18-de-junho-de-2019-164135236>. Acesso em: 3 nov. 2021.

BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. SECRETARIA DE GESTÃO ESTRATÉGICA E PARTICIPATIVA. DEPARTAMENTO DE APOIO À GESTÃO PARTICIPATIVA. *Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais*. Brasília: 1. ed., 1. reimp. Ministério da Saúde, 2013. Disponível em: [http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica\\_nacional\\_saude\\_lesbicas\\_gays.pdf](http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_saude_lesbicas_gays.pdf). Acesso em: 03 nov. 2021.

BUTLER, J. *Problemas de Gênero: Feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARIA, T. H. *Notas introdutórias ao conceito de competência: uma perspectiva sociocognitiva*. Caderno de textos didáticos de apoio às aulas para cursos de Introdução ao Saber Profissional (parte 1). Vila Real, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD- Portugal): edição do autor, 2020.

CITON, J. M.; OLIVEIRA, M. S.; CONCEIÇÃO, M. S.; COELHO, T. A. Leitura da saúde LGBTI+. In: SOUZA, H. C. A.; JUNQUEIRA, S. R. A.; REIS, T. *Ensaio sobre o perfil da comunidade LGBTI+*. Curitiba: IBDSEX, 2020. p. 112-130.

CONSELHO NACIONAL DE COMBATE À DISCRIMINAÇÃO. *Brasil sem homofobia: programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual*. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

COSTA, L. D.; BARROS, A. D.; PRADO, E. A. J.; SOUSA, M. F.; CAVADINHA, E. T.; MENDONÇA, A. V. M. Competência Cultural e Atenção à Saúde da população de lésbicas, gays, bissexuais travestis e transexuais (LGBT). *Tempus – Actas de Saúde Coletiva*, Brasília, v. 11, n. 1, p. 105-119, 13 nov. 2017.

CRENITTE, M. R. F. Acesso à Saúde. In: REBELLATO, C.; GOMES, M. C. de A.; CRENITTE, M. R. F. *Introdução às Velhices LGBTI+*. Rio de Janeiro: SBGG-RJ / Eternamente SOU / ILC-BR, 2021. p. 72-77.

FOUCAULT, M. *História da sexualidade: a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FOUCAULT, M. *A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970* (6ª ed). São Paulo: Edições Loyola, 2000.

FURLANETTO, M. F.; LAUERMANN, F.; COSTA, C. B. da; MARIN, A. H. Educação sexual em escolas brasileiras: revisão sistemática da literatura. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 48, n. 168, p. 550-571, 2018. Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/index.php/cp/article/view/5084>. Acesso em: 2 nov. 2021.

GATO, J.; LEAL, D.; MONTEIRO, C.; FERNANDES, T.; NUNES, D.; MARINHO, I.; PIZMONY-LEVY, O.; FREEMAN, C. “The Worst Part Was Coming Back Home and Feeling Like Crying”: Experiences of Lesbian, Gay, Bisexual and Trans Students in Portuguese Schools. *Frontiers in Psychology*, [s. l.], v. 10, p. 82-90, 2020. Disponível em: <https://www.frontiersin.org/articles/10.3389/fpsyg.2019.02936/full>. Acesso em: 4 jan. 2022.

GOUVEIA, E. A. H.; SILVA, R. O.; PESSOA, B. H. S. Competência Cultural: uma Resposta Necessária para Superar as Barreiras de Acesso à Saúde para Populações Minorizadas. *Revista Brasileira de Educação Médica*, [s. l.], v. 43, n. 1 suppl 1, p. 82-90, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbem/a/N9VB6SJsY3xfnyyv3kQcDbt/?lang=pt>. Acesso em: 4 jan. 2022.

NAÇÕES UNIDAS. *Nascidos livres e iguais: Orientação sexual e identidade de gênero no regime*

internacional de direitos humanos. Brasília: Nações Unidas, 2013. Disponível em: [https://www.ohchr.org/Documents/Publications/BornFreeAndEqualLowRes\\_Portuguese.pdf](https://www.ohchr.org/Documents/Publications/BornFreeAndEqualLowRes_Portuguese.pdf). Acesso em: 9 nov. 2021.

REBELLATO, C.; AZEVEDO, D. L.; FÉLIX, D.; SILVA, M. R. P. Precisamos falar sobre velhices LGBTI+. *In*: REBELLATO, C.; GOMES, M. C. de A.; CRENITTE, M. R. F. *Introdução Às velhices LGBTI+*. Rio de Janeiro: SBGG-RJ / Eternamente SOU / ILC-BR, 2021. p. 16-23.

RIOS, P. P. S.; DIAS, A. F.; VIEIRA, A. R. L. Ensino de artes, relações de gênero, sexualidade e diversidade sexual: narrativas de estudantes gays. *Educação, Artes e Inclusão*, Florianópolis, SC, v. 15, n. 1, p. 98-118, 2019. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5965/1984317815012019098>. Acesso em: 31 out. 2021.

STUCKY, J. L., DANTAS, B. M., POCAHY, F. A. Prejudice Against Gender and Sexual Diversity in Brazilian Public High Schools. *Sex Res Soc Policy*, v. 17, n. 1 Supl., p. 429–441, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1007/s13178-019-00406-z>. Acesso em: 31 out. 2021.

TEIXEIRA, F. A.; CARDOSO, F. L. Orientação sexual e fatores associados em homens homossexuais. *Cinergis*, Santa Cruz, RS, v. 18, n. 2, p. 88-92, 2017.

TODXS. *Pesquisa Nacional por Amostra da População LGBTI+*: Identidade e perfil sociodemográfico. São Paulo: TODXS, 2019.

UNITED NATIONS (UN). *Report of the World Commission on Environment and Development: Our Common Future*, 1987. Disponível em: <http://www.un-documents.net/our-common-future.pdf>. Acesso em: 02 nov. 2021.

VILAÇA, T. (Des) construindo o gênero e a diversidade sexual na educação em sexualidade orientada para a ação: um estudo de caso múltiplo em escolas portuguesas. *In*: P. Ribeiro, J. L. Rizza, J. Magalhães; A. L. C. Costa (Orgs.). *Tessituras sobre corpos, gêneros e sexualidades no espaço escolar*, p. 33-48. Rio Grande: Editora da FURG, 2019.

Recebido em: 25/01/2022

Aprovado em: 19/06/2022